Cogitare Enfermagem

ARTIGO ORIGINAL

Violência patrimonial contra mulheres cometida pela parceria íntima: estudo de base populacional

Economic violence against women committed by intimate partners: a population-based study

HIGHLIGHTS

1. Estudo de base populacional sobre violência patrimonial contra mulheres.
2. Menor escolaridade aumenta a ocorrência de violência patrimonial.
3. Ser idosa e estar casada associam-se a menor ocorrência de violência patrimonial.
4. São necessárias políticas públicas de enfrentamento da violência patrimonial.

Mickaele da Cruz Papile[1]
Sophia Cheyenne Meschiatti Reis Nogueira[1]
Cristina Maria Garcia de Lima Parada[1]
Ana Beatriz Henrique Parenti[1]
Raissa Janine de Almeida[1]
Ana Paula Pinho Carvalheira[1]

RESUMO

Objetivo: Identificar os fatores associados à violência patrimonial contra mulheres cometida pela parceria íntima entre 2016 e 2022 no Brasil. **Método:** Estudo de base populacional com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação sobre violência patrimonial. Analisaram-se variáveis sociodemográficas das mulheres e características da parceria íntima e da violência, ajustando-se modelo de regressão múltipla de *Poisson*. **Resultados:** Aumentou a ocorrência de violência patrimonial: cor da pele preta, parda ou amarela, menor escolaridade, deficiência da vítima, sexo do (a) agressor (a) e recorrência da violência. Os fatores associados à diminuição da ocorrência de violência patrimonial foram: ser idosa e casada/união consensual, casos motivados por intolerância religiosa, conflito geracional, situação de rua, deficiência ou outras causas específicas e episódios ocorridos em escolas, vias públicas ou estabelecimentos como bares. **Conclusão:** Os dados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção, identificação e enfrentamento da violência patrimonial no contexto das parcerias íntimas.

DESCRITORES: Violência contra a Mulher; Violência por Parceiro Íntimo; Violação de Direitos Humanos; Equidade de Gênero; Vigilância em Saúde Pública.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO:
Papile MC, Nogueira SCMR, Parada CMGL, Parenti ABH, de Almeida RJ, Carvalheira APP. Violência patrimonial contra mulheres cometida pela parceria íntima: estudo de base populacional. Cogitare Enferm [Internet]. 2026 [cited "insert year, month and day"];31:e101716pt. Available from: https://doi.org/10.1590/ce.v31i0.101716pt

[1]Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu, Departamento de Enfermagem. Botucatu, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que trata dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi aprovada em 2015 e o ODS 5 destaca a necessidade de combater a violência contra mulheres e meninas, abordando a igualdade de gênero e o empoderamento feminino[1].

A Violência Contra Mulher (VCM) pode ser definida como todo ato resultante das relações de gênero que cause morte, dano físico, sexual, psicológico, patrimonial ou moral[2]. Nesse contexto, a violência doméstica destaca-se como problema de saúde pública que afeta a vida social das mulheres envolvidas[3], sendo que as relações de poder e a desigualdade de gênero permanecem como fortes influenciadores[4].

O Brasil é apontado como um dos países com maiores índices de VCM. Nesse cenário, ocupa a 5ª posição em um *ranking* com mais de 83 países, estando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa[5].

Nesse sentido, a Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é a forma mais frequente de VCM, sendo definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como os comportamentos que causam danos físicos, psicológicos ou sexuais às pessoas no contexto de um relacionamento íntimo[6]. A pandemia da COVID-19 e as medidas de controle adotadas, como bloqueios, restrições de mobilidade e toques de recolher, intensificaram ainda mais o problema[7].

Os tipos de violência abordados no Art. 7° da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), incluem cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a saber: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Neste estudo, o foco recai sobre o inciso IV, que trata da violência patrimonial. Sua definição aborda qualquer conduta que envolva retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive aqueles destinados à satisfação das necessidades da mulher[2].

A violência patrimonial, também denominada financeira/econômica, é uma forma de violência de gênero que afeta milhares de mulheres no Brasil. Embora, muitas vezes, seja menos visível do que a violência física ou sexual, é prejudicial e devastadora, pois viola a dignidade, a autonomia e os direitos das mulheres[8].

Esse tipo de violência se manifesta na negação ou dificuldade de acesso a documentos importantes como a carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), certidão de nascimento e casamento, entre outros. Isso impede que a mulher exerça seus direitos civis, busque auxílio em casos de violência doméstica, procure emprego ou inicie uma nova vida longe do agressor. Além dos danos materiais, tem importante impacto na vida das mulheres. A perda de recursos econômicos e o controle sobre o patrimônio causam dependência, insegurança e sensação de impotência[9].

Além disso, a violência patrimonial também se apresenta a partir da exploração econômica, controle econômico e sabotagem do emprego. Na exploração econômica, o agressor realiza ações que geram dívidas financeiras à vítima. O controle econômico compreende o monitoramento e a restrição do uso de recursos financeiros da vítima, incluindo práticas como a sabotagem de emprego. Por meio destas, o agressor impede ou dificulta a obtenção de renda pelo trabalho[8]. Dessa forma, tal violência torna a mulher vulnerável e impossibilitada de tomar decisões que afetam sua vida, ocasionando desestabilização e reforçando o ciclo de violência no qual se sente aprisionada[10].

Para abordar essa complexa questão, torna-se necessário implementar ações que envolvam diferentes setores da sociedade, como saúde, educação, segurança pública e assistência social, sendo essencial que as políticas públicas sejam elaboradas de forma integrada e coordenada, já que a coesão social e a formação de redes de apoio desempenham papel crucial na promoção da equidade em saúde. Além disso, é fundamental considerar os fatores sociodemográficos, tanto na formulação das políticas quanto nas estratégias de prevenção da VPI, direcionando-as não apenas às mulheres, mas também aos agressores[11-12].

Diante desse contexto, apesar da relevância do tema e do crescente interesse sobre a violência patrimonial contra mulheres, ainda se observam lacunas importantes na produção científica. Em especial, há escassez de estudos de base populacional que analisem sua magnitude em nível nacional, bem como limitações na identificação de fatores associados a essa forma específica de violência. Além disso, a literatura ainda é incipiente no uso de sistemas de informação em saúde para a investigação desse agravo de forma desagregada.

Sendo assim, este estudo é sustentado pelo referencial teórico das relações de gênero, articulado à perspectiva das desigualdades sociais e da violência como problema de saúde pública e busca contribuir ao analisar dados de base nacional, ampliando a compreensão sobre o fenômeno e seus fatores associados.

Considerando-se a relevância da temática, o presente estudo tem como objetivo identificar os fatores associados à violência patrimonial contra mulheres cometida pela parceria íntima entre 2016 e 2022 no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de estudo transversal e analítico, cujo relato seguiu as recomendações do *checklist Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* (STROBE)[13], visando garantir a transparência e a qualidade da apresentação dos dados.

A coleta de dados foi realizada por meio das informações registradas nas fichas de notificação de casos suspeitos ou confirmados de violência interpessoal, inseridas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a partir do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)[14]. Durante a coleta de dados, que foi realizada entre março e julho de 2024, o sistema nacional dispunha de dados entre 2016 e 2022, o que justifica o recorte temporal dos dados.

Foram incluídas as notificações de casos suspeitos ou confirmados de violência patrimonial contra mulheres ≥18 anos, ocorridos em todos os estados brasileiros e registrados no SINAN. Foram excluídos os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada.

Foram analisadas variáveis relacionadas às características sociodemográficas das mulheres e da parceria íntima. Também foram incluídas variáveis referentes à violência investigada, conforme apresentado no Quadro 1.

A análise de associação entre os fatores investigados e a ocorrência de violência patrimonial contra mulheres cometida pela parceria íntima foi realizada por meio de modelos de regressão múltipla de *Poisson.* No modelo ajustado, foram incluídas as variáveis que apresentaram *p*-valor <0,20 na análise bivariada. No modelo de regressão múltipla, as associações foram consideradas estatisticamente significativas se *p*-valor

<0,05. As análises foram feitas com o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 21.

Quadro 1. Variáveis do estudo segundo tipo e expressão. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

Variável	Tipo	Expressão
Características sociodemográficas das mulheres		
Idade (anos)	Categórica	18 - 34; 35 - 59; ≥60.
Raça/Cor	Categórica	Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena; Ignorada.
Escolaridade	Categórica	Ensino fundamental completo; Ensino médio completo; Superior completo; Ignorada.
Situação conjugal	Categórica	Solteira; Casada/União consensual; Viúva; Separada; Ignorada.
Gestante	Dicotômica	Sim; Não; Ignorada.
Possui deficiência/ transtorno	Dicotômica	Sim; Não; Ignorada.
Características da parceria íntima e da violência		
Motivação da violência	Categórica	Sexismo; Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia; Racismo; Intolerância religiosa; Xenofobia; Conflito geracional; Situação de rua; Deficiência; Outros; Ignorada.
Ocorreu outras vezes	Dicotômica	Não; Sim; Ignorada.
Sexo do(a) autor(a)	Categórica	Feminino; Masculino; Ambos os sexos.
Suspeita do uso de álcool	Dicotômica	Não; Sim; Ignorada.
Ciclo de vida do(a) autor(a)	Categórica	Criança (0-9 anos); Adolescente (10-19 anos); Jovem (20-24 anos); Adulto (25-29 anos); Idoso (≥60 anos); Ignorada.
Local de ocorrência	Categórica	Residência; Habitação coletiva; Escola; Local de prática esportiva; Bar ou similar; Via pública; Comércio/Serviços; Indústria/Construção; Ignorada.

Fonte: Os autores (2025).

A pesquisa foi realizada com banco de dados secundários de acesso público, garantindo-se o sigilo e o anonimato de todos os participantes, em consonância com as recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Assim, não foi necessário encaminhamento para apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

No período entre 2016 e 2022, foram notificados 378.970 casos de violência por parceiro íntimo no Brasil. Desse total, 14.528 (3,8%) corresponderam a casos de violência patrimonial.

Observou-se que 212.180 (56,0%) das mulheres tinham idade igual ou menor que 34 anos, 159.524 (42,1%) declararam-se pardas e 87.119 (23,0%) possuíam

ensino médio completo. Além disso, 188.150 (49,6%) eram casadas/união consensual, 274.120 (72,3%) não estavam gestantes e 318.438 (84,0%) não possuíam deficiência e/ou transtorno (Tabela 1).

Tabela 1. Características sociodemográficas de mulheres com 18 anos ou mais vítimas de violência cometida pela parceria íntima. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

Características sociodemográficas	n	%
Idade (anos)		
18-34	212.180	56,0
35-59	155.329	41,0
≥60	11.461	3,0
Raça/Cor		
Branca	150.886	39,8
Preta	41.738	11,0
Amarela	3.225	0,9
Parda	159.524	42,1
Indígena	3.169	0,8
Ignorada	20.428	5,3
Escolaridade		
Ensino fundamental completo	111.168	29,3
Ensino médio completo	125.579	33,1
Superior completo	31.129	8,2
Ignorada	111.094	29,3
Situação conjugal		
Solteira	116.212	30,7
Casada/União consensual	188.150	49,6
Viúva	2.593	0,7
Separada	39.522	10,4
Ignorada	32.493	8,6
Gestante		
Não	274.120	72,3
Sim	22.585	6,0
Ignorada	82.265	21,7
Possui deficiência/transtorno		
Não	318.438	84
Sim	17.890	4,7
Ignorada	42.642	11,3

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (2016-2022).

Considerando a motivação da violência, 127.600 (33,7%) ocorreram por sexismo, tendo já ocorrido outras vezes em 234.578 (61,9%) dos casos. Com relação ao agressor, 364.306 (96,1%) eram do sexo masculino, 165.630 (43,7%) estavam em suspeita de uso de álcool e 238.226 (70,8%) tinham idade entre 25 e 59 anos. Quanto ao local de ocorrência, 306.780 (81,0%) dos casos de violência ocorreram na residência da vítima (Tabela 2).

Tabela 2. Características da parceria íntima e motivação para a violência contra mulheres. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

Características	n	%
Motivação da violência		
Sexismo	127.600	33,7
Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia	779	0,2
Racismo	133	0,1
Intolerância religiosa	235	0,1
Xenofobia	239	0,1
Conflito geracional	37.332	9,9
Situação de rua	1.949	0,5
Deficiência	1.840	0,5
Outros	77.755	20,5
Ignorada	131.128	34,4
Ocorreu outras vezes		
Não	95 915	25,3
Sim	234.578	61,9
Ignorada	48.477	7,1
Sexo do (a) agressor (a)		
Masculino	364.306	96,1
Feminino	9.616	2,5
Ambos os sexos	5.048	1,4
Suspeita de uso de álcool		
Não	133.477	35,2
Sim	165.630	43,7
Ignorada	79.863	21,1
Ciclo de vida do (a) agressor (a)		
Criança (0 a 9 anos)	1.072	0,3
Adolescente (10 a 19 anos)	5.812	1,5
Jovem (20 a 24 anos)	46.793	12,3
Pessoa adulta (25 a 59 anos)	268.226	70,8
Pessoa idosa (≥60 anos)	10.853	2,9
Ignorada	46.214	12,2
Local de ocorrência da violência		
Residência	306.780	81
Habitação coletiva	1.704	0,4
Escola	1.008	0,3
Local de prática esportiva	437	0,1
Bar ou similar	5.636	1,5
Via pública	33.209	8,8
Comércio/Serviços	3.126	0,8
Indústrias/Construção	180	0,1
Ignorada	26.890	7

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (2016-2022).

Na análise bivariada, as seguintes variáveis da vítima associaram-se à violência patrimonial: cor da pele, idade, escolaridade, situação conjugal, gestação e possuir deficiência/transtorno. Em relação às características do agressor, associaram-se o sexo, a suspeita de uso de álcool e o ciclo de vida, enquanto às características da violência, observaram-se associações com a motivação, ter ocorrido outras vezes e o local do evento (Tabela 3).

Tabela 3. Associações bivariadas por regressão simples de Poisson para explicar a violência patrimonial contra mulher cometida pela parceria íntima. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

(continua)

Variáveis	RP	IC 95%	p-valor
Características das mulheres			
Idade (anos)			
18-34	0,47	0,44 - 0,51	**<0,001**
35-59	0,71	0,66 - 0,77	**<0,001**
≥60	1,00		
Raça/Cor			
Indígena	0,90	0,73 - 1,10	0,330
Parda	1,26	1,22 – 1,31	**<0,001**
Amarela	1,75	1,51 – 2,03	**<0,001**
Preta	1,55	1,48 – 1,63	**<0,001**
Branca	1,00		
Escolaridade			
Até ensino fundamental completo	1,65	1,57 - 1,74	**<0,001**
Até ensino médio completo	1,04	1,00 - 1,09	**0,033**
Superior completo	1,00		
Situação Conjugal			
Separada	1,23	1,16 – 1,30	**<0,001**
Viúva	1,76	1,52 – 2,05	**<0,001**
Casada/União consensual	1,01	0,97 – 1,04	0,740
Solteira	1,00		
Gestante	0,79	0,73 – 0,85	**<0,001**
Possui algum tipo de deficiência/transtorno	1,73	1,63 – 1,84	**<0,001**
Características do (a) agressor (a)			
Sexo			
Ambos os sexos	1,78	1,49 – 2,13	**<0,001**
Masculino	1,49	1,31 – 1,69	**<0,001**
Feminino	1,00		
Suspeita de uso de álcool	1,06	1,02 – 1,09	**0,002**
Ciclo de vida			
Pessoa idosa (≥60 anos)	2,07	1,50 – 2,85	**<0,001**
Pessoa adulta (25 a 59 anos)	1,15	0,84 – 1,58	0,379
Jovem (20 a 24 anos)	0,78	0,56 – 1,07	**0,117**
Adolescente (10 a 19 anos)	0,79	0,56 – 0,12	**0,192**
Criança (0 a 9 anos)	1,00		

Tabela 3. Associações bivariadas por regressão simples de Poisson para explicar a violência patrimonial contra mulher cometida pela parceria íntima. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

(conclusão)

Variáveis	RP	IC 95%	p-valor
Características da violência			
Ocorreu outras vezes	3,80	3,59 - 4,02	**<0,001**
Motivação da violência			
Outros	0,32	0,31 – 0,34	**<0,001**
Deficiência	0,42	0,32 – 0,55	**<0,001**
Situação de rua	0,15	0,10 – 0,23	**<0,001**
Conflito geracional	0,23	0,21 – 0,25	**<0,001**
Xenofobia	0,43	0,21 – 0,91	**0,027**
Intolerância religiosa	0,75	0,43 – 1,32	0,319
Racismo	1,17	0,61 – 2,25	0,638
Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia	0,94	0,71 – 1,24	0,647
Sexismo	1,00		
Local de ocorrência			
Indústrias/Construção	1,03	0,51 – 2,06	0,934
Comércio/Serviços	1,08	0,92 – 1,29	0,352
Via pública	0,45	0,42 – 0,49	**<0,001**
Bar ou similar	0,34	0,27 – 0,42	**<0,001**
Local de prática esportiva	0,54	0,29 – 1,00	**0,050**
Escola	0,26	0,14 – 0,46	**<0,001**
Habitação coletiva	0,99	0,79 – 1,25	0,965
Residência	1,00		

Legenda: RP=Razão de Prevalência; IC95%=Intervalo de Confiança 95%.

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (2016-2022).

Na análise de regressão múltipla, associaram-se, de maneira independente, ao aumento da violência patrimonial cometida pela parceria íntima contra a mulher: cor da pele preta (RP: 1,49; IC95%: 1,38-1,61), amarela (RP: 1,99; IC95%: 1,62-2,45) ou parda (RP: 1,44; IC95%: 1,37-1,53) quando comparada à cor branca. Além disso, ter estudado até o ensino fundamental (RP: 1,10; IC95%: 1,04-1,16) ou médio (RP: 1,53; IC95%: 1,42-1,65), quando comparado ao ensino superior; ter deficiência/transtorno (RP: 1,35; IC95%: 1,23-1,48). A violência ter ocorrido outras vezes (RP: 3,14; IC95%: 2,87-3,43) e o autor ser de ambos os sexos (feminino e masculino) (RP: 1,69; IC95%: 1,23-2,31) comparado ao feminino.

Quanto à magnitude dos efeitos, observou-se que ser preta, amarela ou parda aumentou a ocorrência de sofrer violência patrimonial em 49,0%, 99,0% e 44,0%, respectivamente. Além disso, ter estudado até o ensino fundamental ou médio elevou o risco em 10,0% e 53,0%; ter deficiência ou transtorno aumentou em 35,0%; a ocorrência prévia de violência elevou o risco em mais de três vezes; e a história de parceria íntima com ambos os sexos aumentou o risco em 69,0% (Tabela 4).

Também de maneira independente, associaram-se à menor ocorrência de violência patrimonial contra mulher: ser idosa (RP: 0,71; IC95%: 0,60–0,84) quando comparada a ter entre 18 e 34 anos. Além disso, ser casada (RP: 0,47; IC95%: 0,38-0,59), quando

comparada a ser solteira; motivação da violência por intolerância religiosa (RP: 0,22; IC95%: 0,06-0,90), conflito geracional (RP: 0,25; IC95%: 0,22-0,28), situação de rua (RP: 0,17; IC95%: 0,08-0,34), deficiência (RP: 0,35; IC95%: 0,23-0,53) e outros (RP: 0,30; IC95%: 0,28-0,33). Quanto ao local de ocorrência ser em escola (RP: 0,27; IC95%: 0,09–0,84), via pública (RP: 0,34; IC95%: 0,24-0,49), ou bar/similar (RP: 0,54; IC95%: 0,48-0,60) (Tabela 4).

Sobre a magnitude dos efeitos, observou-se que ser idosa reduziu a ocorrência de sofrer violência patrimonial em 39,0%, enquanto ser casada reduziu em 53,0%. Também apresentaram redução do risco as situações motivadas por intolerância religiosa, conflito geracional, situação de rua, deficiência e outros motivos, bem como os eventos ocorridos em escola, via pública ou bar/similar (Tabela 4).

Tabela 4. Análise de regressão múltipla de Poisson, para explicar a violência patrimonial contra mulher cometida pela parceria íntima. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

(continua)

Variáveis	RP	IC 95%	p-valor
Características das mulheres			
Idade (anos)			
18-34	0,71	0,60 - 0,84	**<0,001**
35-59	0,88	0,75 - 1,04	**<0,001**
≥60	1,00		
Raça/Cor			
Indígena	0,92	0,64 - 1,33	0,657
Parda	1,44	1,37 - 1,53	**<0,001**
Amarela	1,99	0,62 - 2,45	**<0,001**
Preta	1,49	1,38 - 1,61	**<0,001**
Branca	1,00		
Escolaridade			
Ensino fundamental completo	1,53	0,42 - 1,65	**<0,001**
Ensino médio completo	1,10	1,04 - 1,16	**0,001**
Superior completo	1,00		
Situação conjugal			
Separada	0,93	0,86 - 1,01	0,100
Viúva	1,09	0,84 - 1,42	0,497
Casada/União consensual	0,87	0,82 - 0,92	**<0,001**
Solteira	1,00		
Gestante	0,92	0,82 - 1,03	0,129
Possui algum tipo de deficiência/transtorno	1,35	1,23 - 1,45	**<0,001**

Tabela 4. Análise de regressão múltipla de Poisson, para explicar a violência patrimonial contra mulher cometida pela parceria íntima. São Paulo, SP, Brasil, 2016-2022

(conclusão)

Variáveis	RP	IC 95%	p-valor
Características do(a) agressor(a)			
Sexo			
Ambos os sexos	1,69	1,23 - 2,31	**<0,001**
Masculino	1,05	0,85 - 1,30	0,659
Feminino	1,00		
Características da violência			
Ocorreu outras vezes	3,14	2,87 - 3,43	**<0,001**
Motivação da violência			
Outros	0,30	0,28 - 0,53	**<0,001**
Deficiência	0,35	0,23 - 0,53	**<0,001**
Situação de rua	0,17	0,08 - 0,34	**<0,001**
Conflito geracional	0,25	0,22 – 0,28	**<0,001**
Xenofobia	0,44	0,17 - 1,18	0,103
Intolerância religiosa	0,22	0,06 - 0,90	**0,034**
Racismo	1,02	0,42 - 2,45	0,963
Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia	0,95	0,66 - 1,38	0,787
Sexismo	1,00		
Local de ocorrência			
Indústrias/Construção	1,24	0,52 - 2,98	0,630
Comércio/Serviços	1,05	0,84 - 1,33	0,647
Via pública	0,54	0,48 - 0,60	**<0,001**
Bar ou similar	0,34	0,24 - 0,49	**<0,001**
Local de prática esportiva	0,86	0,41 - 1,80	0,687
Escola	0,27	0,09 - 0,84	**0,023**
Habitação coletiva	0,98	0,67 - 1,44	0,934
Residência	1,00		

Legenda: RP=Razão de Prevalência; IC95%=Intervalo de Confiança 95%.

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN (2016-2022).

DISCUSSÃO

O presente estudo identificou os fatores associados à violência patrimonial contra mulher cometida pela parceria íntima no período de 2016 a 2022 no Brasil.

Na presente investigação, o fato de a mulher ter cor da pele preta ou parda esteve associado ao aumento da ocorrência de violência patrimonial, em concordância com outros estudos[15-17]. Essas pesquisas apontam que a maior vulnerabilidade econômica dessas mulheres, influenciada por fatores socioculturais como desigualdades na educação, no emprego e disparidades salariais, pode contribuir para a maior ocorrência desse tipo de violência.

Embora a ocorrência de violência patrimonial entre mulheres pretas e pardas esteja amplamente documentada e relacionada a desigualdades estruturais e ao racismo, a associação observada neste estudo com mulheres de raça/cor amarela exige reflexão. Uma pesquisa de 2017 realizada em Chengdu (China), evidenciou que a tensão financeira percebida e o desemprego do cônjuge estavam associados ao aumento do controle financeiro exercido contra mulheres casadas e essa tensão financeira estava associada tanto a comportamentos violentos quanto a de controle de gênero, incluindo o domínio patrimonial[17]. Esses dados reforçam que a violência patrimonial não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como resultado das desigualdades raciais e econômicas que perpetuam as diferenças sociais e de relações de poder.

Acerca da violência patrimonial em mulheres com menor escolaridade, estudos[18-19] demonstram a associação entre baixos níveis educacionais e maior vulnerabilidade à violência doméstica em geral, indicando que a limitação no acesso à educação pode representar um fator de risco para a ocorrência desse desfecho. Sendo a violência patrimonial um tipo de violência doméstica, também pode sofrer influência da baixa escolaridade, que pode traduzir-se em desinformação e, consequentemente, menor conhecimento sobre direitos individuais, resultando em maior ocorrência desse agravo[20].

No que se refere à presença de deficiência ou transtornos, a literatura aponta uma maior vulnerabilidade dessas mulheres à violência patrimonial, achado também observado em estudo realizado em Mwanza - Tanzânia[21]. Esse fenômeno pode ser compreendido à luz das desigualdades estruturais que atravessam esse grupo, ampliando sua dependência econômica e reduzindo sua autonomia nas decisões financeiras. Nesse contexto, práticas como a apropriação indevida de benefícios sociais, o controle do uso de recursos e a limitação da participação em decisões econômicas configuram formas recorrentes de violência, reforçando a condição de vulnerabilidade dessas mulheres.

A persistência da violência patrimonial ao longo do tempo evidencia que esse tipo de agravo não ocorre de forma esporádica, mas tende a se repetir e a se manter em diferentes momentos da vida das mulheres. O estudo realizado na Suécia indica que o abuso financeiro raramente ocorre de forma isolada e pode persistir mesmo após o término do relacionamento, mantendo-se como estratégia de controle e dominação[22]. Esse caráter contínuo contribui para a manutenção de ciclos de violência, com repercussões negativas na autonomia, na saúde mental e na capacidade de reorganização da vida das mulheres, evidenciando a complexidade do enfrentamento desse agravo.

Nessa mesma perspectiva, a compreensão da violência patrimonial exige considerar a complexidade das dinâmicas relacionais em que ela se insere, especialmente no que se refere à autoria dos atos abusivos. Evidências indicam que tais práticas podem ocorrer em contextos marcados por interações mais amplas de poder e conflito, não se restringindo exclusivamente a um único perfil de agressor. Estudo populacional realizado na Alemanha[23], ao investigar a sobreposição entre vitimização e autoria nos diferentes tipos de violência por parceiro íntimo, incluindo a econômica, demonstrou que homens e mulheres apresentaram frequências semelhantes tanto como autores quanto como vítimas. Esses achados reforçam a necessidade de analisar a violência patrimonial para além de categorias simplificadoras, considerando sua natureza relacional e multifacetada.

A literatura tem apontado que a exposição à violência por parceiro íntimo varia ao longo do ciclo de vida, sendo mais frequente em fases mais jovens. Estudos indicam que mulheres mais jovens tendem a apresentar maior vulnerabilidade a diferentes formas de violência, o que pode estar relacionado à menor experiência de vida, ao conhecimento

limitado sobre seus direitos e à menor consolidação de redes de apoio fora da relação conjugal[24-25]. Esses fatores podem dificultar o reconhecimento de situações abusivas e a busca por estratégias de enfrentamento, contribuindo para a manutenção dessas dinâmicas.

No que se refere à situação conjugal, aspectos relacionados à estabilidade e à duração das relações parecem desempenhar papel relevante na dinâmica da violência patrimonial. Evidências internacionais sugerem que diferentes estágios das parcerias estão associados a distintos padrões de ocorrência de comportamentos abusivos, sendo relações mais duradouras vinculadas a reduções em determinados desfechos negativos[26]. Por outro lado, o término da relação pode representar um período de maior vulnerabilidade, no qual práticas de controle econômico são utilizadas como forma de retaliação ou manutenção de poder[27]. Esses achados reforçam a necessidade de compreender a violência patrimonial de forma contextualizada, considerando as transformações nas relações ao longo do tempo.

Situações associadas à intolerância religiosa, conflitos geracionais, condição de rua, presença de deficiência ou outras circunstâncias específicas tendem a se expressar predominantemente por meio de outras formas de violência, como a física e a sexual[28], o que pode explicar sua menor relação com a violência patrimonial no contexto das parcerias íntimas, demonstrado nos achados deste estudo.

Em relação ao local de ocorrência, observa-se que ambientes como escola, via pública e bares configuram cenários menos associados a esse tipo de agravo, corroborando evidências de que a violência patrimonial ocorre majoritariamente no espaço doméstico[22,29]. Nesse sentido, a noção da residência como ambiente seguro para a mulher se fragiliza diante das dinâmicas da violência doméstica, em que o controle econômico e financeiro se estabelece de forma mais silenciosa e contínua[9]. Esse padrão foi particularmente evidenciado durante a pandemia de COVID-19, período em que houve aumento dos casos de violência patrimonial, possivelmente relacionado às medidas de isolamento social que restringiram o acesso a redes de apoio e serviços públicos[29]. Assim, a circulação em espaços públicos pode representar uma oportunidade de acesso a suporte e rompimento com situações abusivas, destacando a importância desses ambientes como potenciais fatores de proteção.

Foi observado neste estudo grande número de variáveis sem registro de resposta. Essa ocorrência pode representar falha no preenchimento da ficha de notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de violência, comprometendo a caracterização precisa do perfil das vítimas e dos agressores e, consequentemente, a implementação adequada de medidas de proteção e enfrentamento. Essa condição constitui limitação do presente estudo, assim como a possibilidade de notificações de casos de violência interpessoal no SINAN serem realizadas tardiamente, o que pode ter resultado na subestimação dos casos. Sua potencialidade, por outro lado, está na possibilidade de acessar dados de abrangência populacional sobre violência patrimonial em um país de dimensões continentais, como o Brasil.

CONCLUSÃO

O estudo evidencia que a violência patrimonial contra a mulher cometida por parcerias íntimas é influenciada por desigualdades sociais, vulnerabilidades individuais e características específicas das relações afetivas. Os achados reforçam que essa forma de violência, embora frequentemente invisibilizada, constitui importante problema de saúde pública ao comprometer a autonomia econômica e os direitos das mulheres.

A identificação de fatores que aumentam ou reduzem sua ocorrência aponta implicações diretas para a organização das políticas públicas e das práticas intersetoriais. Nesse sentido, os resultados subsidiam o fortalecimento de estratégias de prevenção e enfrentamento, com ênfase na qualificação da identificação precoce pelos serviços de saúde, assistência social e segurança pública, além da ampliação de ações educativas voltadas à conscientização sobre direitos e autonomia econômica das mulheres.

Ao sintetizar os principais determinantes da violência patrimonial, o estudo contribui para o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências, ao oferecer subsídios para ações de proteção, equidade e garantia de direitos das mulheres no contexto da violência por parceiro íntimo no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. United Nations. Sustainable Development Goals. Goal 5: Achieve gender equality and empower all women and girls [Internet]. United Nations; 2024 [cited 2025 Jul 17]. Available from: https://sdgs.un.org/goals/goal5

2. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União; 2024 [cited 2025 Jul 23]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

3. Stöckl H, Sorenson SB. Violence against women as a global public health issue. Annual Review of Public Health [Internet]. 2024 [cited 2025 Jul 17];45:277-294. Available from: https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-060722-025138

4. Alderton A, Henry N, Foster S, Badland H. Examining the relationship between urban liveability and gender-based violence: a systematic review. Health Place [Internet]. 2020 [cited 2025 Jul 17];64:102365. Available from: https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2020.102365

5. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil [Internet]. 2015 [cited 2025 Nov 17]. 79 p. Available from: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/8555

6. World Health Organization (WHO). Violence against women [Internet]. Geneva: WHO; 2024 [cited 2025 Jul 17]. Noticia;[about 8 screen]. Available from: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women

7. Sardinha L, Maheu-Giroux M, Stöckl H, Meyer SR, García-Moreno C. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. Lancet [Internet]. 2022 [cited 2025 Jul 17];399(10327):803-13. Available from: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7

8. Kaittila A, Hakovirta M, Kainulainen H. Types of economic abuse in postseparation lives of women experiencing IPV: a qualitative study from Finland. Violence Against Women [Internet]. 2024 [cited 2025 Jul 17];30(2):426-44. Available from: https://doi.org/10.1177/10778012221127727

9. Johnson L, Chen Y, Stylianou A, Arnold A. Examining the impact of economic abuse on survivors of intimate partner violence: a scoping review. BMC Public Health [Internet]. 2022 Mai 19 [cited 2026 mai 26];22(1):1014. Available from: https://doi.org/10.1186/s12889-022-13297-4

10. Souza TMC, Santana FRM, Martins TF. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. Pesquisas e Práticas Psicossociais [Internet]. 2018 [cited 2025 Jul 17];13(4):1-13. Available from: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400003

11. World Health Organization (WHO). Violence against women prevalence estimates, 2018 [Internet]. Geneva: WHO; 2021 [cited 2025 Jul 17]. Noticia;[about 2 screen]. Available from: https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256

12. The Royal Borough of Kensington and Chelsea. Violence against women and girls strategy 2021-2026

[Internet]. Kensington and Chelsea Council; 2021 [cited 2025 Jul 17]. 36 p. Available from: https://www.rbkc.gov.uk/media/document/violence-against-women-and-girls-strategy-2021-26

13. von Elm E, Altman DG, Egger M, Pocock SJ, Gøtzsche PC, Vandenbroucke JP. The strengthening the reporting of observational studies in epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies. Ann Intern Med [Internet]. 2007 [cited 2025 Jul 17];147(8):573-7. Available from: https://doi.org/10.7326/0003-4819-147-8-200710160-00010

14. Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS: Departamento de Informática do SUS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) [Internet]. Brasil: Ministério da Saúde; 2021 [cited 2024 Mar 29]. Available from: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/sistemas-de-informacao/sinan

15. Gaire T, Pacheco VL, Hino P, Okuno MFP, Silva TPR, Fernandes H. Physical violence against black and brown women during the COVID-19 pandemic. Acta Paul Enferm [Internet]. 2025[cited 2025 Nov 17]. Available from: http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2025AO01413i

16. Willie TC, Alexander KA, Sharpless L, Zemlak JL, Smith MV, Kershaw TS. Recent economic intimate partner violence and posttraumatic stress symptoms among a racially and ethnically diverse sample of U.S. women experiencing intimate partner violence. J Interpers Violence [Internet]. 2023 [cited 2025 Jul 17];38(19-20):11091-11116. Available from: https://doi.org/10.1177/08862605231178357

17. Zheng L, Xu X, Xu T, Yang L, Gu X, Wang L. Financial strain and intimate partner violence against married women in postreform China: evidence from Chengdu. J Interpers Violence. [Internet] 2019 [cited 2025 Aug 22];36(17-18):NP9175-NP96. Available from: https://doi.org/10.1177/0886260519853406

18. Zarei M, Rasolabadi M, Gharibi F, Seidi J. The prevalence of violence against women and some related factors in Sanandaj city (Iran) in 2015. Electron Physician. [Internet] 2017 [cited 2025 Aug 22];9(11):5746-53. Available from: http://dx.doi.org/10.19082/5746

19. de Vasconcelos NM, de Andrade FMD, Gomes CS, Pinto IV, Malta DC. Prevalence and factors associated with intimate partner violence against adult women in Brazil: national survey of health, 2019. Rev bras epidemiol [Internet]. 2021 [cited 2025 Aug 22];24(Suppl 2):e210020. Available from: https://doi.org/10.1590/1980-549720210020.supl.2

20 Gunarathne L, Bhowmik J, Apputhurai P, Nedeljkovic M. Factors and consequences associated with intimate partner violence against women in low- and middle-income countries: a systematic review. PLoS One [Internet] 2023 [cited 2025 Aug 22];18(11):e0293295. Available from: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0293295

21. Meyer SR, Mosha NR, Shakespeare T, Kuper H, Mtolela G, Harvey S, et al. Disability and intimate partner violence: a cross-sectional study from Mwanza, Tanzania. Disabil Health J. [Internet] 2023 [cited 2025 Jul 17];16(2):101404. Available from: https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2022.101404

22. Li C. A qualitative study of how intimate partner violence against women changes, escalates, and persists from pre- to post-separation. Fam Process [Internet]. 2023 [cited 2025 Aug 22];63(3):1446-68. Available from: https://doi.org/10.1111/famp.12923

23. Clemens V, Fegert JM, Kavemann B, Meysen T, Ziegenhain U, Brähler E, et al. Epidemiology of intimate partner violence perpetration and victimisation in a representative sample. Epidemiol Psychiatr Sci [Internet] 2023 [cited 2025 Jul 17];32:e25. Available from: https://doi.org/10.1017/S2045796023000069

24. Sardinha L, Yüksel-Kaptanoğlu I, Maheu-Giroux M, García-Moreno C**.** Intimate partner violence against adolescent girls: regional and national prevalence estimates and associated country-level factors. Lancet Child Adolesc Health [Internet] 2024 [cited 2025 Aug 22];8(9):e11. Available from: https://doi.org/10.1016/S2352-4642(24)00205-0

25. Raj A, Silverman JG, Klugman J, Saggurti N, Donta B, Shakya HB. Longitudinal analysis of the impact of economic empowerment on risk for intimate partner violence among married women in rural Maharashtra, India. Soc Sci Med [Internet] 2018 [cited 2025 Jul 17];196:197-203. Available from: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.11.042

26. Gottlieb A, Sugie NF. Marriage, cohabitation, and crime: differentiating associations by partnership stage. Justice Q [Internet] 2018 [cited 2025 Nov 17];36(3):503-31. Available from: https://doi.org/10.1080/07418825.2018.1445275

27. Passos RL, Telles FSP, de Oliveira MHB. Sexual violence and other offenses against women with disabilities. [Internet] Saúde Debate. 2019 [cited 2025 Jul 17];43(Spe 4):154-64. Available from: https://doi.org/10.1590/0103-11042019S413

28. Chan CS, Sarvet AL, Basu A, Koenen K, Keyes KM. Associations of intimate partner violence and financial adversity with familial homelessness in pregnant and postpartum women: A 7-year prospective study of the ALSPAC cohort. Plos One [Internet] 2021 [cited 2025 Jul 17];16(1):e0245507. Available from: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245507

29. Marques ES, de Moraes CL, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures. Cad Saúde Pública [Internet] 2020 [cited 2025 Jul 17];36(4):e00074420. Available from: https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420

Economic violence against women committed by intimate partners: a population-based study

ABSTRACT

Objective: To identify the factors associated with economic violence against women committed by intimate partners between 2016 and 2022 in Brazil. **Method:** Population-based study using data on economic violence from the Notifiable Diseases Information System (SINAN). Sociodemographic variables of the women and characteristics of the intimate partnership and of the violence were analyzed, fitting a multiple Poisson regression model. **Results:** The occurrence of economic violence was increased by: black, brown, or yellow skin color, lower educational attainment, disability of the victim, sex of the perpetrator, and recurrence of the violence. The factors associated with a lower occurrence of economic violence were: being older and married/in a consensual union; cases motivated by religious intolerance, generational conflict, homelessness, disability, or other specific causes; and episodes occurring in schools, public roads, or establishments such as bars. **Conclusion:** The data demonstrate the need to strengthen public policies aimed at the prevention, identification, and confrontation of economic violence in the context of intimate partnerships.

DESCRIPTORS: Violence Against Women; Intimate Partner Violence; Human Rights Abuses; Gender Equity; Public Health Surveillance.

Violencia patrimonial contra mujeres cometida por la pareja íntima: estudio de base poblacional

RESUMEN

Objetivo: Identificar los factores asociados a la violencia patrimonial contra mujeres cometida por la pareja íntima entre 2016 y 2022 en Brasil. **Método:** Estudio de base poblacional con datos del Sistema de Información de Agravios de Notificación sobre violencia patrimonial. Se analizaron variables sociodemográficas de las mujeres y características de la pareja íntima y de la violencia, ajustando un modelo de regresión múltiple de *Poisson*. **Resultados:** Aumentó la ocurrencia de violencia patrimonial: color de piel negra, mestiza o amarilla, menor escolaridad, discapacidad de la víctima, sexo del (la) agresor(a) y recurrencia de la violencia. Los factores asociados a la disminución de la ocurrencia de violencia patrimonial fueron: ser anciana y casada/unión consensual, casos motivados por intolerancia religiosa, conflicto generacional, situación de calle, discapacidad u otras causas específicas y episodios ocurridos en escuelas, vías públicas o establecimientos como bares. **Conclusión:** Los datos evidencian la necesidad de fortalecer políticas públicas orientadas a la prevención, identificación y enfrentamiento de la violencia patrimonial en el contexto de las parejas íntimas.

DESCRIPTORES: Violencia contra la Mujer; Violencia de Pareja; Violaciones de los Derechos Humanos; Equidad de Género; Vigilancia en Salud Pública.

Recebido em: 23/10/2025
Aprovado em: 28/04/2026
Editor associado: Dra. Mariana Torreglosa Ruiz

Autor Correspondente:
Ana Beatriz Henrique Parenti
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Avenida Professor Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n. Rubião Junior, Botucatu, São Paulo, Brasil. CEP: 18618-687
E-mail: a.parenti@unesp.br

Contribuição dos autores:
Contribuições substanciais para a concepção ou desenho do estudo; ou a aquisição, análise ou interpretação de dados do estudo - **Papile MC, Nogueira SCMR, de Almeida RJ, Carvalheira APP.** Elaboração e revisão crítica do conteúdo intelectual do estudo - **Parada CMGL, Parenti ABH, de Almeida RJ, Carvalheira APP.** Responsável por todos os aspectos do estudo, assegurando as questões de precisão ou integridade de qualquer parte do estudo - **Carvalheira APP.** Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflitos de interesses:
Os autores declaram não haver conflitos de interesse a serem divulgados.

Disponibilidade de dados:
Os autores declaram que os dados podem ser disponibilizados mediante solicitação ao autor correspondente.

ISSN 2176-9133

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.